

MERITOCRACIA NA EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO: CONTRADIÇÕES NA FORMAÇÃO DE TRABALHADORES

MERITOCRACY IN EDUCATION FOR WORK: CONTRADICTIONS WORKERS IN TRAINING

Érika de Araújo Martins¹
Jerciano Pinheiro Feijó²
Adriana Alves da Silva³

RESUMO

O presente estudo debate a meritocracia como elemento ideológico norteador da formação dos trabalhadores. Analisa também, a relação da educação como mundo do trabalho. Adota como técnica o estudo bibliográfico. Tem como referencial Frigotto (1986), Rossi (1977), Arapiraca (1979) entre outros. É resultado parcial do Projeto de Pesquisa: o Lugar da Educação Profissional nos Institutos Federais de Educação. O texto percorre os caminhos da educação profissional no Brasil apresentando uma visão panorâmica, olhando os primórdios quando havia a perspectiva de combate a criminalidade e a ociosidade, passando pela década de 1940 quando se introduz uma formação para a indústria e a década de 1970, período dos acordos do Brasil com a USAID, desvelando o desejo de produzir mão de obra necessária ao que exigia o mercado, vendendo ao trabalhador a Teoria do Capital Humano, engodo que o faz crer que quanto mais qualificado melhor será seu trabalho e seus ganhos, sem levar em consideração que esta melhoria é somente para poucos privilegiados e não para o conjunto da classe trabalhadora.

Palavras-chave: Meritocracia - Capital humano - Educação profissional.

ABSTRACT

This study discusses the meritocracy as the guiding element of the ideological training of workers. It also analyzes the relationship of education to the working world. Adopts the technical bibliographic study. Its reference Frigotto (1986), Rossi (1977), Arapiraca (1979) among others. It is partially a result of the research project: the Professional Education Place the Federal Institutes of Education. The text on the trails of vocational education in Brazil presenting a panoramic view, looking at the beginning when there was the prospect of fighting crime and idleness, through the 1940s when introducing training for the industry and the 1970s, a period of Brazil's agreements with USAID, unveiling the desire to produce manpower required to requiring the market, selling the employee the Theory of Human Capital, con that does believe that the more qualified the better your work and your earnings without take into consideration that this improvement is only for the privileged few and not for the whole working class.

Keywords: Meritocracy - Human capital - Professional education.

INTRODUÇÃO⁴

Educação popular igual? Que se entende por isto? Acredita-se que na sociedade atual (que é a de que se trata), a educação pode ser igual para todas as classes? (MARX, 1895, pág. 45)

A meritocracia é pano de fundo que norteia a formulação de políticas públicas para educação profissional no Brasil. Esse artigo busca verificar o panorama em que essa ideologia se inseriu e como ela contribuiu para ludibriar a classe trabalhadora, ansiosa por encontrar caminhos para ascender socialmente.

Nesse sentido, adotamos como conceito de meritocracia o posto por Vieira *et al* (2013), que a apresenta 'como um sistema social, político e econômico' onde são privilegiados os mais talentosos e capazes. Entendemos que a meritocracia não ataca o verdadeiro problema, que é a grande desigualdade social que se estabelece no Brasil, quase intransponível, mas vende essa ilusão. Na ideologia meritocrática ascender socialmente é fruto da luta individual e não de mudanças na própria estrutura social do país.

Acreditamos que desvelar o mito da meritocracia como ferramenta de ascensão profissional e social é dar à classe trabalhadora mais uma chave para superar o fosso da desigualdade. Denunciar o mito meritocrático é apontar as contradições do processo de formação educacional ao qual está submetido à classe trabalhadora.

O apontamento para o caminho de superação dessa situação nasce com o despertar, os próximos passos é o próprio operariado que deverá escolher dar.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

A Educação Profissional no Brasil surgiu no início do século XX, quando no Rio de Janeiro o então Presidente do Estado Nilo Peçanha cria, através do Decreto nº 787/1906, nas cidades de Campos, Niterói, Petrópolis e Paraíba do Sul a Escola Profissional.

Em 1909, Nilo Peçanha agora como Presidente da República e com o propósito de retirar uma parcela da população: pobres, aleijados, cegos, surdos, órfãos, ex-escravos; da ociosidade e, conseqüentemente, do envolvimento com a criminalidade que retardava o crescimento do país, espalha sua ideal para as capitais dos Estados fazendo surgir à rede federal de ensino profissional através de 19 escolas de Aprendizes e Artífices, nas capitais e uma na cidade de Campos dos Goytacazes, sua cidade natal. (GOMES, 2006)

De acordo com Tavares (2012), através da instalação de empresas multinacionais no Brasil a partir de 1950 houve a necessidade de qualificar a mão de obra nacional. Desde esse momento o projeto educacional implantado fundamenta-se na Teoria do Capital Humano.

Mesmo sendo uma formação voltada para qualificar o indivíduo a atender as necessidades do mercado em expansão, ocorre à ampliação da Rede Federal de Ensino Profissional. Como consequência desse momento histórico, está a forte pressão, por parte destes estudantes, pelo acesso ao Ensino Superior, como ferramenta para ascender socialmente, promessa da Teoria do Capital Humano.

Sendo assim, o tensionamento da qualificação pela noção de Competência enfatiza os saberes tácitos e sociais sob os saberes formais, esta atestada normalmente pelos diplomas, além de valorização dos atributos subjetivos, sob a forma de capacidades cognitivas, socioafetivas e psicomotoras. (ARRAIS NETO e CRUZ, 2011, s/p)

Libâneo (2001) aponta que na década de 1970, a Educação Profissional objetivava preparar as pessoas para ganhar sua própria subsistência e, conseqüentemente, alcançar a dignidade, o autorrespeito e o reconhecimento social como seres produtivos, essa é a marca da expansão via Sistema S⁵, criado ainda na década de 1940, mas que terá papel fundamental na qualificação da mão de obra nacional durante o chamado “milagre econômico”.

A preparação para o trabalho pressupõe o reconhecimento e o acolhimento de diferentes capacidades e necessidades de aprendizagem; além do levantamento de interesses, trajetórias e projetos de vida, entre outros fatores

como sexo, idade, herança étnica e cultural, situação familiar e econômica e pertinência a ambientes sociorregionais próprios de um país muito diverso. (IFCE, 2013).

Na década de 1990, o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso submeteu a política de educação profissional ao descaso, ensejando, de um lado, a contenção da oferta pública, e, de outro, o incentivo financeiro à ampliação da oferta da educação profissional privada.

Neste mesmo período - o de maior descaso no país com relação à Educação Profissional -, ocorre o desenvolvimento acelerado da robótica, da automação, da informática, dos meios de comunicação, reestruturando o mundo do trabalho de forma, até então, nunca vista. A velocidade com que ocorrem as transformações na esfera produtiva e financeira exige dos governantes um novo olhar na formação/qualificação da classe trabalhadora. (ARRAIS NETO e CRUZ, 2011)

No início do século XXI a educação profissional, reverte sua trajetória, ganha a atenção do Governo Federal e se consolida, como uma das principais políticas públicas implantadas pelo Estado brasileiro.

No governo de Luís Inácio Lula da Silva ocorre uma expansão significativa da Rede de Educação Profissional e Tecnológica, em particular com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFs, oriundos das antigas Escolas Técnicas, e também a criação do Programa Brasil Profissionalizado que incentiva a implantação do ensino técnico integrado nas redes estaduais de ensino e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC, que visa qualificar rapidamente mão de obra para as necessidades do mercado.

É mais uma vez vendido à classe trabalhadora, que a formação profissional será o *messias* que a libertará dos grilhões da pobreza, como que tele-transportando para o paraíso da riqueza. Uma ilusão que ultrapassa em muito o efeito da ótica, alcançando a crueldade da social.

A realidade é bem outra, somente os eleitos, os “mais capazes”⁶ terão a oportunidade de servir ao capital em uma condição especial, de forma que a imensa maioria da classe trabalhadora continuará a ocupar o lugar, não somente do subalternizado, como qualquer trabalhador, mas as esferas mais baixas da condição social.

ARMA IDEOLÓGICA DO CAPITAL: MERITOCRACIA

Como apontado no tópico anterior, o sistema nacional de educação tem ampliado sua atuação apoiando-se na teoria do Capital Humano, que reproduz a ideologia da meritocracia, em uma palavra, privilegiando a escolarização dos “mais capazes” para aprender, assim ocupando os melhores postos no mundo do trabalho. A análise desse fato é o principal motivo desse artigo.

Para nossos estudos utilizaremos o conceito de Meritocracia apresentado por Vieira *et all* (2013: pág.s318-319):

... a meritocracia surge como um sistema social, político e econômico em que os privilégios são obtidos pelo mérito e o poder é exercido pelos mais qualificados, mais competentes, mais talentosos. O principal argumento em favor desse modelo é o de que governos e organismos meritocráticos proporcionam maior justiça que os demais sistemas hierárquicos, pois as distinções não provêm de fatores biológicos, culturais ou econômicos (como o sexo, a etnia ou a classe social), mas do talento e das virtudes revelados pela educação, forma de exercitar a justiça social.

Segundo o escopo que reproduz a ideologia meritocrática, esta foi implementada com o objetivo de acabar, ou pelos menos diminuir, as desigualdades sociais, oferecendo oportunidades iguais para todos. Tenta-se, utilizando esse método, retirar o foco das condições de aprendizagem que são postas aos estudantes e educadores, para fazer com que cada um passe a acreditar no mérito individual.

Não é sem razão a massificação do termo meritocracia, apresentando-o como diretamente relacionado a pessoas que fazem por merecer e, que por seu próprio mérito e competência, conseguem conquistar o que almejam e a isto está associado o processo educativo, meio pelo qual alcançam os objetivos de ascensão social.

Segundo Rossi (1977) essa ideologia transforma a educação no principal meio de mudança da realidade material, assim, concebida como responsável por selecionar e ordenar indivíduos de acordo com seu mérito. As notas, diplomas, títulos e certificados são obviamente “merecidos”, não

comprados ou apropriados. Contudo, como afirma Rossi (1977), oportunidades educacionais não são igualmente distribuídas para população.

A realidade é que crianças da classe dominante tendem a conseguir uma formação de maior qualidade, por terem acesso a escolas com mais recursos pedagógicos, entre estes: professores melhor formados; livros didáticos atualizados; alimentação balanceada etc.

Ali se vende uma instrução que objetiva a continuidade dos estudos desde a educação primária até o nível superior. Na contramão dessa realidade as crianças das classes subalternas adentram um sistema deficitário em todos os aspectos, desde a falta de docentes, escolas com diversos problemas, somando a realidade social onde impera a exigência da busca por emprego e renda. De fato é uma ideologia a qual a escola é para “os mais capazes” e estes são os que pertencem a uma classe específica da sociedade, mas que por ela todos podem ascender socialmente.

Santos (2010) é taxativo ao afirmar que:

[...] laepistemologíaoccidental dominante fue construída a partir de las necesidades de ladominación capitalista y colonial y si asienta em lo que designo pensamiento abismal. Este pensamiento opera por ladefinición unilateral de líneas radicales que dividenlas experiências, losactores y los saberes entre los que sonvisibles, inteligibles o útiles (los que quedan de este lado de la línea) y los que soninvisibles, ininteligibles, olvidados o peligrosos (los que quedandel outro lado de la línea). Así, la realidade social es dividida em dos universos, el universo ‘de este lado de la línea’ y el universo del ‘outro lado de la línea’ [...] (SANTOS, 2010, pág. 9)

Em outras palavras, há uma educação para o lado da classe dominante e outra para a classe subalterna, contudo no modelo da Teoria do Capital Humano, onde se vende a ideologia da meritocracia, a educação é o meio para alcançar um melhor lugar social pelas pessoas dentro do modo de produção capitalista, como se elas pudessem, por seus dotes intelectuais, pelos saberes adquiridos e conquistas, transpor essa linha/barreira que separa esses mundos.

A função que a educação assume na nossa sociedade não é tão simples como o que é transmitido nesta corrente de pensamento, pois a realidade é outra. Kuenzer (1991) demonstra que de um lado temos aqueles

que obtêm um nível mais elevado no processo educativo, pois possuem maior renda e riqueza, de outro lado temos a maior parte da população que só tem a formação necessária para servir à classe dominante.

É uma constatação entre os estudiosos aqui utilizados que a permanência na escola depende da condição econômica da família, ainda, não podendo ser deixado de lado um fator extremamente importante: a qualidade das escolas, outra situação que se situa no campo das fronteiras dos visíveis e invisíveis é que: a qualidade das oportunidades educacionais variam de acordo com o lugar em que a pessoa vive, e esse lugar também varia de acordo com os recursos econômicos de cada família.

Em síntese, é importante reconhecer que a realização individual ocorre dentro de um contexto de oportunidades educacionais desiguais, pois as pessoas que não possuem condições para permanecer na escola tendem a trocá-la por empregos precarizados com o objetivo de suprir suas necessidades imediatas.

De certo, o problema consiste em uma classe que não possui meios para continuar a ir à escola, sendo estes expressos na falta de materiais ou até mesmo de suprimento das necessidades básicas pessoais. Uma classe que tem o foco em conseguir prover suas necessidades do presente, não tendo ambições futuras. O abandono à escola acontece não por falta de motivação, mas por conta de uma avaliação realista de suas possibilidades.

O MISTICISMO DA MERITOCRACIA

A realidade no Brasil é de coabitar com imensas contradições, estando à educação a frente destas. A relação educação e trabalho tem sido tema para estudo desde séculos passados, principalmente por clássicos da economia política, tanto pensadores positivistas quanto da teoria crítica. Neste meio inserem-se intelectuais da classe trabalhadora que almejam um novo projeto social. (LIMA, 2008)

Com fundamento nestes autores que debatem o modelo de educação, sobretudo, voltado à formação do indivíduo para o mundo do

trabalho, verificamos a necessidade de questionar esse modelo excludente, alicerçado na ideia de que a meritocracia seria um sistema justo, pois valoriza o que cada um consegue a partir de si próprio.

A promessa de mobilidade social oferecida às classes dominadas como resultado da vitória na “livre competição meritocrática” baseia-se na educação formalmente democrática proposta pelos “liberais” que se colocam apenas como uma alternativa conservadora-modernizadora ao conservadorismo tradicional. (ROSSI, 1977, p.75)

A ideologia capitalista busca de todas as maneiras extinguir a importância de ter boas condições de aprendizagem dos estudantes e de trabalho dos profissionais, para motivar o indivíduo a acreditar no seu mérito. Na atualidade, partindo desse pressuposto, o resultado tem sido premiar indivíduos pelo seu mérito, sejam eles estudantes ou profissionais, e punir os que não obtiveram sucesso na escola, sem oferecer uma atenção às necessidades apresentadas pelas escolas que não tiveram bons resultados. Essa competitividade, elemento principal da meritocracia, tem gerado de um lado uma cobrança por resultado sem, por outro lado, garantir valorização e a qualidade da educação com igualdade.

Nos últimos anos várias reformas e transformações ocorreram no sistema educacional com o objetivo de atender às novas demandas do sistema capitalista. A Reforma de Estado, ocorrida nos anos 1990, tinha como objetivo melhorar a distribuição dos recursos estatais, tornando o Estado mais eficiente e menos burocrático. Na realidade o que ocorreu foi uma adequação da administração pública brasileira às novas exigências da economia globalizada, comandada pelos princípios do neoliberalismo. As mudanças educacionais realizadas no país seguiram as orientações da Reforma do Estado, sendo essas (educacional e do Estado) expressões da lógica do atual padrão de acumulação capitalista. (FRIGOTTO, 1996)

Wagner Rossi (1977) afirma que a educação consiste em uma ação determinada pelas relações capitalistas a que estamos submetidos, sendo essas relações consolidadas através da lógica da luta de classes. A Educação é apresentada como instrumento de desenvolvimento econômico e é através dela que as diferenças econômicas entre indivíduos podem ser estreitadas,

porém, a educação, executada por intermédio do Estado capitalista e das grandes empresas que fazem parte do setor educacional, deriva das classes dominantes e esta em tempo algum será igual para todos, pois há a necessidade de impor uma classe a submissão em relação à outra, estabelecendo uma fronteira - parafraseando Santos (2010) uma linha entre os que estão do lado de lá controlando o saber e os que estão do lado de cá, sem ter acesso ao saber e ao poder.

Desta forma, o ensino e todo o sistema educacional reproduzem as necessidades de acumulação de capital. Existe uma relação de dominação, haja vista o interesse da classe burguesa em tornar o ensino sempre favorável ao seu próprio desenvolvimento. Em síntese, a educação no capitalismo desempenha uma função de criar mão de obra para o mercado de trabalho legitimando as desigualdades sociais.

A educação no sistema capitalista não elimina as diferenças de classe e nem oferece oportunidades iguais para todos, como afirmam os defensores do sistema meritocrático.

Mas é necessário que se demonstre que os fundamentos da meritocracia não resistem a uma simples análise que leve em conta as condições concretas em que se desenvolve a competição, que, teoricamente, é apresentada como livre disputada por adversários com idênticas oportunidades. (ROSSI, 1977, p.76)

A educação prepara e qualifica o trabalhador aumentando e melhorando a sua capacidade de produzir, gerando vantagens econômicas ao capitalista. A educação é responsável também por gerar a tecnologia o que eleva o aperfeiçoamento de novas máquinas e equipamentos. Esse desenvolvimento tecnológico deveria beneficiar ao trabalhador, porém no sistema capitalista ele se transforma em reprodução da exploração e, através do próprio sistema educacional, o proletariado continua a acreditar que ele é o maior beneficiado.

MERITOCRACIA E TRABALHO

Empregada ao trabalho, a meritocracia aparece sob o manto de promoção de justiça social, por disseminar a ideia de que é a escolarização associada ao esforço é o fator responsável pelo desempenho e progresso e, conseqüentemente, mobilidade e ascensão social. (ARAPIRACA, 1979)

Num exame mais detido e apurado constatamos que a meritocracia se revela como pseudo democrática e pseudo justa, pois não abre espaço para discussão com os envolvidos ou com outros setores da sociedade, despreza a luta coletiva do sindicato, além de estimular o individualismo, a rivalidade e a concorrência, apresentando apenas a classificação e as circunstâncias do status e das posições sociais sem levar em conta as características e potenciais de cada indivíduo.

Segundo Kuenzer (2001) a educação diretamente articulada ao trabalho se estrutura como um sistema diferenciado e paralelo ao sistema de ensino regular e tem finalidade específica de preparar pobres, marginalizados e desvalidos da sorte para atuarem no sistema produtivo nas funções técnicas, localizadas nos níveis baixos e médios da hierarquia ocupacional.

Refletindo de acordo com essa afirmação, pode-se compreender que o trabalho varia de acordo com a posição social do indivíduo, pois a ascensão de forma meritocrática não pode acontecer quando não se tem acesso a oportunidades iguais para todos. O desejo de possuir um bom emprego não é suficiente para conquistá-lo. A problematização da relação meritocracia e trabalho ocorre na base da vida cotidiana. É difícil para um indivíduo que por não ter oportunidade de ir à escola ou de permanecer, concorrer com alguém que concluiu um curso de nível superior.

Como apontam Cruz, Carneiro e Arrais Neto (2014) sem condições de acesso ao sistema de ensino regular, o caminho desses trabalhadores para adentrar ao mundo trabalho são cursos de qualificação profissional, para 'adestrar' sua mão de obra, mesmo estando sujeito à baixos salários e a empregos desumanos.

Segundo o sistema meritocrático, os trabalhadores são livres para vender sua força de trabalho como quiserem, podendo escolher onde e como trabalhar, o sucesso será fruto do seu esforço, daí a necessidade de estar em constante formação/qualificação, seja pela via interna da fábrica como aponta Kuenzer (1991) ou pelos programas governamentais como citado acima, ou

ainda, em formação/qualificação/aperfeiçoamento oriunda do Sistema S como afirmou Libâneo (2001), já apontado no começo deste artigo. O que não muda em nenhuma desses meios formativos é a lógica meritocrática, afirmando que todos são iguais, que têm acesso as mesmas oportunidades no mundo do trabalho, onde se destacará aquele que se esforçar mais, isto é, que tiver mais mérito.

O conceito de Meritocracia infere que os indivíduos são tidos como iguais na perspectiva da capacidade de superação das dificuldades para obtenção de sucesso e ascensão profissional, desconsiderando o indivíduo na sua condição de classe social e do contexto de transformações no mundo do trabalho, pautado no “capitalismo flexível”. (CRUZ, ARRAIS NETO e CARNEIRO, 2014, pág. 80)

Segundo Marx (1895) essa liberdade e igualdade é uma farsa, pois para ser livre o indivíduo tem que possuir intencionalidade em seus atos e ser consciente daquilo que deseja realizar de forma coletiva e integrada com a comunidade e com o próximo. Nesse sentido, ser livre no modo de produção capitalista é hipocrisia, visto que o ser humano é dependente da propriedade privada, fazendo com que o indivíduo seja um ser egoísta voltado para seu interesse particular e dissociado da coletividade.

A meritocracia proposta para o mundo do trabalho deflagra a competitividade e estimula a individualidade. Esse modelo, segundo Dubet (2008), é uma forma de legitimar as desigualdades ao abrir a todos a competição pelas posições sociais, sobre o falso estigma da vitória decorrente do esforço individual e talento.

Nesse contexto, a atual política educacional brasileira mais uma vez evoca o mito da ascensão social pela educação se, por um lado, é louvável os investimentos crescentes na “pátria educadora”⁷ é também imprescindível deixar claro o caráter falacioso dessa ideologia.

CONCLUSÃO

Por meio desse estudo buscamos investigar a concepção meritocrática presente nas políticas educacionais brasileira em sua relação com o mundo do trabalho, sendo este modelo adotado pelos Estados, municípios e pela União.

Atualmente, uma série de políticas públicas tem sido implementadas com o objetivo de alavancar a qualidade na educação brasileira, muitas vezes alcançando o resultado oposto, como constatado na importância dada a Meritocracia.

Segundo os autores aqui estudados, a ideologia meritocrática, surge sob um discurso de benefício e impulsionador da qualidade da educação em prol do mundo do trabalho, isto é uma farsa. É um modelo excludente e alienante que se fundamenta na competitividade e individualidade, empobrecendo as relações sociais. A meritocracia pode ser compreendida como um modelo que surge para atender aos objetivos do Estado neoliberal, afastando o Poder Público de sua responsabilidade para com a qualidade de vida dos trabalhadores. Há uma inversão dos valores ao tentar transformar uma questão de âmbito coletivo em individual.

Na construção desses valores que se evidencia a relação que há entre meritocracia, educação e trabalho. Para muitos o significado da palavra é o bastante para aprovar a meritocracia como um sistema justo, porém, diante do exposto fica claro que a educação favorece à classe dominante. Segundo, a teoria crítica, um quadro de reversão pode ocorrer se a classe dominada perceber-se enquanto protagonista do processo de transformação da sociedade e buscar intervir na construção das políticas públicas.

O capital busca constantemente diminuir os gastos públicos com a educação para que este possa cada vez mais aumentar seu lucro. Por fim, podemos constatar que o modelo meritocrático tem acentuado a desigualdade social, se caracterizando como falácia e totalmente incoerente para com a ideologia que apregoa de oferecer oportunidades iguais para todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAPIRACA, José Oliveira. **A USAID e a Educação Brasileira**: um estudo a partir de uma abordagem crítica da Teoria do Capital humano. Rio de Janeiro: FGV, 1979. (Dissertação de Mestrado).

ARRAIS NETO, Eneas; CRUZ, Keyla de Sousa Lima. As interfaces da qualificação do trabalhador brasileiro no contexto da mundialização do capital. In **Revista Labor**. N.º 06 Vol. 01 2011. Disponível em: <<http://www.revistalabor.ufc.br/artigos3.php>> acessado em 10/10/2014.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ (IFCE). **Relatório de Avaliação Institucional 2012** – IFCE: Fortaleza: 2013a. (Mimeo).

CRUZ, Keyla de Sousa Lima; ARRAIS NETO, Eneas; CARNERO, Isabel M. S. P. Meritocracia Escolar e Educação Profissional: Um estudo sobre o PRONATEC. In **Revista Labor**. N.º 11 Vol. 01 2014. Disponível em: http://www.revistalabor.ufc.br/Artigo/volume11/5_MERITOCRACIA_ESCOLAR_E_EDUCACAO_PROFISSIONAL.pdf - acessado em 20/02/2015.

DUBET, François. **O que é uma escola justa?** A escola das oportunidades. São Paulo: Cortez, 2008.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1996.

GOMES, Luis C. G. Cem anos de ensino profissional e técnico em Campos dos Goytacazes. IN: FRIGOTTO, G. (Org.) **Educação profissional e tecnológica**: memórias, contradições e desafios. Campos dos Goytacazes/RJ: Essentia Editora, 2006.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Educação e trabalho no Brasil: o estado da questão**. Brasília: INEP, 1991

LIBÂNEO, J. B. **A arte de formar-se**. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

MARX, Karl. **Crítica ao programa de Gotha** (1895). eBooksBrasil.com, Disponível: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/gotha.pdf>; acessado em 10/01/2015.

LIMA, Antonio Bosco. Estado, Políticas Públicas e Educação no Brasil. In: LUCENA, C. (org). **Capitalismo, Estado e Educação**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008.

ROSSI, Wagner Gonçalves. **Capitalismo e Educação**. Campinas-SP: Unicamp, 1977 (Dissertação de Mestrado)

SANTOS, Boaventura de Souza. **Descolonizar el saber, reinventar el poder**. Montivideo-Uruguai: Ediciones Trilce – Extensión Universitaria, Universidad de la República, 2010.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e Educação: fundamentos ontológicos e históricos. In: **Revista Brasileira de Educação**, v. 12 n. 34 jan./abr. 2007.

TAVARES, M. G. **Evolução da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**: As etapas históricas da Educação Profissional no Brasil. IX ANPED SUL – Seminário de Pesquisa e.m Educação da Região Sul, 2012.

VIEIRA. C. M. *et all*. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v.21, n. esp., p.316-334, jan./jun. 2013.

¹Estudante de Graduação do Curso de Bacharelado em Serviço Social do IFCE, membro do Grupo de Estudo Em Educação Profissional do IFCE, Bolsista do PIBIC/IFCE. e-mail:erika.m.araujo@bol.com.

²Professor do Instituto Federal de Educação – IFCE *Campus* Caucaia, Graduado em História pela Universidade Regional do Cariri – URCA e Mestrando em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará – UFC,jercianof@gmail.com.

³Professora do Instituto Federal de Educação – IFCE *Campus* Iguatu, Graduada em Serviço Social e Mestre em Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará – UECE, Doutoranda em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará – UFC,adriana_as_ce@hotmail.com.

⁴ Este artigo deriva de um estudo desenvolvido pelo Projeto de Pesquisa: “O lugar da educação profissional nos Institutos Federais de Educação”, que ocorre no Instituto Federal do Ceará – IFCE *Campus* Iguatu, com financiamento do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do IFCE - PIBIC/IFCE.

⁵Termo que define o conjunto de organizações das entidades corporativas voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica, que além de terem seu nome iniciado com a letra S, têm raízes comuns e características organizacionais similares. Fazem parte do sistema S: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Serviço Social do Comércio (Sesc); Serviço Social da Indústria (Sesi); e Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac). Existem ainda os seguintes: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar); Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop); e Serviço Social de Transporte (Sest). Fonte: www.senado.gov.br

⁶Entendemos com SAVIANI (2007), mais capazes como aqueles que obtém os resultados mais desejados pela escola e/ou pela empresa.

⁷Slogan adotado pela atual gestão do Governo Federal de Dilma Roussef.

RECEBIDO EM: Julho de 2015

APROVADO EM: Agosto de 2015